PROJETO DE LEI Nº , DE 2022

(Do Sr. CARLOS HENRIQUE GAGUIM)

Dispõe sobre o Programa Nacional de Reciclagem Energética de Resíduos Sólidos.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a criar Programa Nacional de Reciclagem Energética de Resíduos Sólidos, viando à geração de energia a partir do aproveitamento de resíduos sólidos.

§1º O programa mencionado no *caput* poderá ser implementado mediante a instalação de usinas termelétricas nas diversas regiões do País.

§2º Os Estados, o Distrito Federal e a iniciativa privada poderão participar da implantação e execução do programa mencionado no caput.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias, suplementadas se necessário.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A destinação do lixo é um dos maiores problemas da sociedade atual. As questões logísticas sobre a destinação do lixo, a falta de espaço para aterros, o transporte dos resíduos para outras cidades, o tratamento, entre outros, acarreta grandes encargos à administração pública.

Todavia, é sabido que já existe solução menos onerosa ao erário e ao meio ambiente para a destinação adequada do lixo, mediante o





aproveitamento dos resíduos sólidos na geração de energia por meio de usinas termelétricas.

Tanto é verdade que empresas e instituições estão se empenhando na implementação da reciclagem energética no Brasil, como forma de suplementar a reciclagem mecânica (transformação dos resíduos em outros produtos, como acontece com o plástico), e pretendem estimular essa tecnologia como uma alternativa energética de larga escala.

Nesse sistema de gerenciamento do lixo, a reciclagem energética é fundamental para garantir a correta destinação de todos os resíduos que não podem ser reciclados mecanicamente ou compostados para se biodegradarem.

Nesse sentido, a reciclagem energética tem as seguintes vantagens: minimiza significativamente o problema dos lixões e aterros; reduz a emissão de gases dos aterros sanitários; pode ser aplicada nas proximidades dos centros urbanos, reduzindo o custo do transporte de lixo para aterros distantes, sendo que a área exigida para a implantação de uma usina é inferior a de um aterro.

Enquanto no Brasil se desperdiça essa riqueza energética (que ameaça o subsolo e o lençol freático), vários países de vanguarda na área ambiental, como Alemanha, Dinamarca, Japão, entre outros, já empregam em larga escala a reciclagem energética, por meio da queima do lixo em condições totalmente seguras ou a utilização do chamado biogás para gerar energia.

É com o propósito de incentivar a utilização dessas tecnologias no enfrentamento e solução do problema do tratamento e destinação adequada dos nossos resíduos sólidos que estamos apresentando a presente proposição, para cuja aprovação esperamos poder contar com o apoio dos nossos ilustres Pares nesta Casa.

Sala das Sessões, em de de 2022.



